

Conter fluxo de dólares é uma saída

BRASÍLIA — O governo conta com inflação mais baixa, juros menores, reforma administrativa, reforma tributária, prazos mais longos para a dívida pública e privatização para melhorar as contas públicas em 1996. Na opinião dos economistas Carlos Eduardo de Freitas e Paulo Nogueira Batista Júnior, a solução passa pela imposição de novas restrições à entrada de dólares no país. “Ou eles impõem novas restrições ao capital externo ou reduzem mais rapidamente as taxas de juros”, afirma.

“A despesa com juros reais (acima da inflação) certamente será muito menor no ano que vem”, aposta o secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. Segundo técnicos do Banco Central (BC), o objetivo do governo é pagar uma taxa de juros real em 1996 próxima a 16% — este ano, está pagando 25% de juros acima da inflação.

Essa expectativa, no entanto, só será confirmada se a inflação cair para a faixa anual de 12% e o nível de crescimento da economia ficar estabilizado em 4% do Produto Interno Bruto (PIB). A redução dos juros, na opinião de Nogueira Batista, resolve apenas uma parte do problema. “O governo tem que alongar o prazo de sua dívida mobiliária (em títulos)”, comenta.

Mendonça de Barros diz que a dívida mobiliária (R\$ 98,4 bilhões) do governo é pequena se comparada ao PIB. “Sem dúvida cresceu bastante nos últimos meses, mas a proporção com o PIB, de 26%, é baixa”, assinala. O problema são seus prazos de vencimento, excessivamente curtos, observa.

Com a mudança nos fundos de investimento, o governo espera poder começar a oferecer ao mercado papéis de prazo mais longo a partir do próximo ano. Os fundos de curto prazo são, atualmente, os maiores compradores de títulos do governo. Com a perda gradativa de interesse dos investidores nesses fundos de curtíssimo prazo, o governo espera abrir espaço para fazer o alongamento de sua dívida e facilitar sua rolagem.